

1 **ATA DA 11ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CRP-MG – XVII PLENÁRIO**
2 **REALIZADA EM 25/02/2023.**
3

4 Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, com início às 09h,
5 realizou-se, online e presencial, a 11ª Reunião Plenária do XVI Plenário do Conselho
6 Regional de Psicologia - 4ª Região (MG). Compareceram à Faculdade Promove, situada à
7 Av. João Pinheiro, 164, Centro, em Belo Horizonte-MG, **as(os)(es) Conselheiras(os)(es)**
8 **Efetivas(os)(es):** Anderson Nazareno Matos; Celso Francisco Tondin, Délcio Fernando
9 Guimarães Pereira; Elizabeth de Lacerda Barbosa; Elza Maria Gonçalves Lobosque; João
10 Henrique Borges Bento; Júnia Maria Campos Lara; Liliane Cristina Martins; Lourdes
11 Aparecida Machado; Luis Henrique de Souza Cunha; Marleide Marques de Castro; Paula
12 Ângela de Figueiredo Paula; Renata Ferreira Jardim de Miranda, Suellen Ananda Fraga e
13 Ted Nobre Evangelista; **Conselheiras(os)(es) Suplentes:** Alessandra Kelly Belmonte; Ana
14 Maria Prates da Silva e Silva; Caroline de Souza; Cristiane Santos de Souza Nogueira;
15 Daniel Caldeira de Melo; Danty Dias Marchezane; Gab Almeida Moreira Lamounier;
16 Gabrielly Dolores Rios da Cunha; Henrique Galhano Balieiro; Hudson Bruno Cares Carajá;
17 Isabella Cristina Barral Faria Lima; Lorena Rodrigues de Sousa; Márcio Rocha Damasceno.
18 **Quórum de Conselheiros Efetivos:** Foi verificado o quórum das(os) Conselheiras(os)
19 Efetivas(os) presentes, totalizando 15. **Justificativas de ausência:** O Conselheiro
20 Wellington Eustáquio Ribeiro, justificou ausência. **Assuntos tratados:** **COE:** A Conselheira
21 Cristiane Nogueira apresentou os seguintes pontos de pauta: 1) SEI 408/2021-19: Relatório
22 com Proposta de Instauração de Processo Disciplinar Ético. O XVII Plenário aprovou por 22
23 votos favoráveis e 1 abstenção a instauração de Processo Disciplinar Ético. **Deliberação:**
24 Dar ciências às partes. 2) Capacitação sobre o CPD: A Conselheira Cristiane Nogueira
25 informou que o CFP disponibilizou o link de uma capacitação sobre o CPD e avaliou como
26 um material completo não tendo necessidade de uma capacitação às(aos)(es)
27 Conselheiras(os)(es) e solicitou que assistam os vídeos. O Conselheiro Délcio Fernando
28 informou que na próxima Plenária terão 3 apresentações de relatórios. 3) Julgamentos
29 Éticos: A Conselheira Cristiane Nogueira pontuou que serão necessárias as realizações de
30 Julgamentos Éticos todos os meses a partir de Abril/2023. Os Julgamentos Éticos deverão
31 acontecer às sextas-feiras. Havendo a possibilidade de 3 Julgamentos por mês, sendo 1
32 pela manhã e 2 à tarde e posteriormente a realização da reunião Plenária de sexta-feira.
33 **Deliberação:** O XVII Plenário aprovou por 22 votos favoráveis e 1 abstenção a realização
34 dos julgamentos éticos na sexta-feira pela manhã e à tarde e posteriormente a reunião
35 Plenária Ordinária. **COF:** O Conselheiro Luis Henrique apresentou os seguintes informes: 1)
36 1-(Re) organização do trabalho da COF: O Conselheiro Luis informou que em relação ao
37 treinamento da COF avaliou que fosse pensada na capacitação dos Conselheiros sobre a
38 orientação e fiscalização, porém a COF observou que, para além dos fluxos dos setores,
39 verificou primeiramente a necessidade de um momento para discussão das funções básicas
40 e o fazer enquanto Conselheira(o)(e), analisando as dimensões políticas, quais são as
41 funções e atribuições e fazer uma condução política da ação; 2) Agentes Fiscais Delegados
42 pelo Plenário: O Conselheiro Luis Henrique informou que a COF tem escutado muito das
43 psicólogas fiscais sobre a sobrecarga de trabalho e pontuou a possibilidade de indicação e
44 nomeação de agentes fiscais delegados pelo Plenário, que podem ser colaboradores.
45 Reforçou que no momento está em fase de estudo. 3) Reunião com Comunicação: O
46 Conselheiro Luis Henrique informou que a COF se reuniu com a Comunicação para
47 alinhamento das demandas da COF, como vídeos, cards, pílulas e outras formas de
48 orientação. Recebeu uma acolhida muito boa pelo setor e os Conselheiros da Comissão de
49 Comunicação. 4) Organização de reunião de novos inscritos: O Conselheiro Luis Henrique
50 informou que está sendo pensada pela COF a organização da reunião de novos inscritos e
51 trará oportunamente uma proposta para a Plenária; 5) Proposta de reunião com MP: O
52 Conselheiro Luis Henrique informou que existe um fluxo de demandas que são enviadas
53 pelo Ministério Público e a COF não tem recebendo o retorno. Foi elencado diversas
54 perguntas para serem respondidas pelo Ministério Público, principalmente em questões de

55 envolvem as Comunidades Terapêuticas e a pejotização. Além disso, a COF avaliou que a
56 Assessoria Jurídica do CRP-MG é insuficiente para as demandas da COF. A COF está
57 discutindo a Pejotização e irá pautar em Plenária. **Pontos de Pauta:** 1) **Formulário de**
58 **Denúncia:** O Conselheiro Luis Henrique informou que as denúncias vêm sendo recebidas de
59 diversas formas pelo CRP e a COF visando organizar pensou em um formulário de
60 denúncia, que auxiliará também na extração de dados para propor ações de orientação. A
61 Conselheira Lourdes Machado ponderou que em alguns casos não é formalizada a
62 denúncia porque são demandas de psicólogas(os) que são dúvidas e caso esta dúvida se
63 configure denúncia aí sim seria necessário o preenchimento do formulário. Entende que
64 este papel de tirar as dúvidas é das(os) psicólogas(os) fiscais. A Conselheira Elza Lobosque
65 corroborou com a posição da Conselheira Lourdes Machado e pontuou que os itens listados
66 pelo formulário como obrigatórios inviabilizam a formalização da denúncia. O Conselheiro
67 Celso Tondin ressaltou o texto final do formulário onde consta a citação do Art. 5º inciso IV
68 da Constituição Federal que traz a vedação ao anonimato, também pode inviabilizar as
69 pessoas de realizarem a denúncia. O Conselheiro Daniel de Melo indagou se o formulário é
70 para as(os)(es) Conselheiras(os)(es) ou para a sociedade? Não ficou nítido no texto a
71 possibilidade de apresentação de denúncia anônima. Na parte de marcação das formas de
72 discriminação destacar todas as formas que estão no material dos compromissos de gestão.
73 Propôs um card para intermediar à categoria para a formalização das denúncias. O
74 Conselheiro João Henrique elucidou que a primeira etapa do formulário deveria ser a
75 consulta sobre a denúncia ser anônima ou querer registrar o nome. O Conselheiro Henrique
76 ressaltou a importância do formulário para auxiliar nos dados e também a questão da LGPD,
77 que pode ser acrescida ao formulário e colocou-se à disposição para acrescentar o que
78 envolver a LGPD. A Conselheira Gabrielly Rios concordou com a fala da Conselheira
79 Lourdes Machado de que nem sempre é denúncia, deve ser algo pensado antes de tomar a
80 iniciativa de formalizar uma denúncia. O Conselheiro Márcio Damasceno concordou com a
81 proposta do Conselheiro João Henrique e colocou-se à disposição para enviar um texto
82 sobre a LGPD, construído na IES em que trabalha. O Conselheiro Luis Henrique informou
83 que os demais canais de comunicação continuarão abertos, independente da proposta do
84 formulário. Ressaltou a importância do formulário para a organização do trabalho da COF.
85 Elucidou que outros setores têm formulários formalizados e entende que a COF também
86 tem o interesse em ter o seu próprio documento. Em relação a questão do anonimato é
87 garantir que o denunciante não terá os seus dados revelados, mas o contato do mesmo é
88 necessário para fins de posteriores elucidações. A Conselheira Renata Miranda reforçou
89 que a ideia do formulário é de que a denúncia se sustente e tem um caráter mais reflexivo e
90 com mais consistência na tomada das informações necessárias. A Conselheira Lourdes
91 Machado ressaltou que as denúncias que envolvam fiscalização em Comunidades
92 Terapêuticas não devem ser formalizadas e sim ter um trabalho de fiscalização.
93 **Deliberação:** O XVII Plenário aprovou por unanimidade que as(os) Conselheiras(os)
94 encaminharão as contribuições ao formulário formalmente e retornar o formulário com as
95 alterações propostas para discussão na próxima Reunião Plenária. **Comissão de Título de**
96 **Especialistas:** A Conselheira Elza Lobosque apresentou parecer pela aprovação de 12
97 títulos de especialista, destes 3(três) em Neuropsicologia; 3(três) em Psicologia Clínica;
98 2(dois) em Psicologia do Trânsito; 1(um) em Psicologia em Saúde; 1(um) em Psicologia
99 Hospitalar; 1(um) em Psicologia Jurídica e 1(um) em Avaliação Psicológica. Pelo
100 indeferimento de 6 títulos de especialista. **Deliberação:** O XVII Plenário aprovou por
101 unanimidade dos votos a concessão de 12 títulos de especialista e o indeferimento de 6 títulos
102 de especialista. **Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte/SMED-BH:** O Conselheiro
103 Celso Tondin informou que terá uma Audiência Pública na Câmara Municipal de BH no dia
104 03/03 e trouxe para discussão e encaminhamento pelo CRP-MG. Para subsidiar a discussão fez
105 uma síntese sobre a denúncia do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Municipal
106 de Belo Horizonte – Sind-REDE/BH ao Ministério Público do Trabalho do Estado de Minas
107 Gerais em face de “descumprimento de acordo celebrado junto ao MPT – ilegalidade de
108 contratações de prestadores de serviço contrato celetista – má gestão de recursos públicos –

109 outros”. Em 2018, o Ministério Público Estadual propôs ação civil pública por ilegalidade das
110 contratações de trabalhadores via Caixa Escolar de auxiliares escolares. Até hoje não houve
111 solução. O Município firmou contrato com a MGS – Minas Gerais Administração e Serviços S.A.
112 para realizar processo seletivo público simplificado e contratação de servente, faxineiro, auxiliar
113 de serviços gerais, encarregado supervisor, cantineira, auxiliar de apoio ao educando,
114 porteiro/vigia e operador de equipamento reprográfico. O Sind-REDE-BH se manifestou como
115 terceiro interessado (e não como parte), e após várias reuniões com o Ministério Público do
116 Trabalho e Ministério Público Estadual, resultando em acordo que foi homologado pelo Juízo da
117 21ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte. Os Caixas Escolares teriam que migrar todos os
118 trabalhadores (6.645) para a MGS. A celebração de acordo tinha como finalidade de acabar com
119 tais tipos de contratações via CLT de trabalhadores para prestação de serviço público. A
120 contratação de 321 psicólogas(os) e 321 assistentes sociais “que não passaram por concurso
121 público, processo seletivo simplificado e/ou quaisquer modalidades de contratação legal
122 permitidas para o ente público”. Neste sentido ficou patente a necessidade de investigação,
123 quanto ao desvio de finalidade, a má gestão dos recursos da educação e a ilegalidade do uso
124 de mais recursos públicos para cobrir formas de contratação ilegal, que em outras
125 oportunidades já lesaram os cofres públicos, quanto a esse tipo de modalidade de contratação.
126 Informou as ações do CRP-MG com denúncia sobre a forma de contratação por PJ ou por meio
127 de contrato temporário. Realização de ajuste com o Sindicato que não dá para voltar atrás e
128 proposição de que seja feito um convênio da PBH com a FUNDEP/UFMG para o Projeto Janela
129 da Escuta, para que o pagamento seja feito por meio de bolsa, uma vez que o projeto tem um
130 caráter de pesquisa. A Conselheira Paula de Paula sugeriu que toda esta síntese deveria estar
131 nos meios de comunicação do CRP-MG. Colocou que se deve tentar continuar a luta pela
132 contratação por meio de concurso público. O Conselheiro Luis Henrique concordou com as falas
133 do Conselheiro Celso Tondin e da Conselheira Paula de Paula e lembrou de uma situação em
134 sua região de um concurso público com salário de R\$1000,00 e na ocasião foi feita uma
135 articulação junto ao PSIND-MG para cobrar um salário maior para a categoria e a Prefeitura
136 definiu pela anulação do concurso, fazendo com que a categoria que fez a inscrição ficasse
137 insatisfeita com a decisão. Todas as tratativas foram assertivas e é preciso que a categoria
138 tenha conhecimento. O Conselheiro Danty Marchezane informou que o Conselho tem um limite
139 de atuação, tiveram problemas no Edital quanto a carga horária. Lembrou que foi oferecido 1
140 vaga por Escola em Belo Horizonte. Manifestou a sua preocupação com o serviço da(o)
141 psicóloga(o) neste ambiente escolar. A Conselheira Paula de Paula ressaltou que recebeu um
142 relato de que uma das perguntas foi sobre a experiência com a Assistência Social e quando a(o)
143 candidata(o) foi responder com a forma de atuação articulada com o Conselho Tutelar a sua
144 resposta foi questionada e não levada em consideração. Verificou um caráter ideológico nas
145 contratações e uma precarização do trabalho. A Conselheira Alessandra Belmonte reforçou que
146 a contratação foi por cartas marcadas e questionou qual será a atuação do profissional? Terá
147 algum preparo ou qualificação? Como será a integração com a psicologia escolar? A
148 Conselheira Lorena Rodrigues indagou se estas pessoas deveriam ter algum vínculo com a
149 UFMG e se vale a pena lutar por esta proposta de convênio com a FUNDEP. A Conselheira
150 Marleide Marques concordou com a proposta de convênio com a FUNDEP. O Conselheiro
151 Daniel de Melo indagou se terá que ter número de registro CRP ou se será contratado enquanto
152 pesquisador. Propôs que o texto seja colocado na revista do CRP. O Conselheiro Celso Tondin
153 ressaltou a dificuldade vivenciada neste processo. Informou que no Edital constava ser inscrito
154 no CRP, e não é preciso ser pesquisador. Terá uma capacitação inicial pelo Projeto Janela da
155 Escuta. Entende que o Sistema Conselhos deveria aproveitar o momento político para
156 realização de concursos públicos para as diversas áreas de atuação de psicólogas(os). Defende
157 que as coordenações sejam por psicóloga(o) e assistente social. Como encaminhamento propôs
158 reunião entre as Diretorias do PSIND-MG e CRP-MG para alinhamento e defender que tenha
159 uma solução na Audiência. Parceria com a Rede LA-EUMidi: O Conselheiro Henrique Galhano
160 informou que a Rede LA-EUMigi é uma Rede Latino-americana e Européia sobre Migração.
161 Sugeriu uma parceria com esta Rede com a tradução dos materiais produzidos pela Rede para
162 enviar à categoria e do português para o inglês de materiais elaborados pelo CRP como, por
163 exemplo a Cartilha elaborada pela Comissão de Orientação em Psicologia e Migração. A
164 Conselheira Paula de Paula indagou sobre a qualidade de nossas publicações em relação aos

165 materiais produzidos pela Rede e como perpetuar esta parceria em gestões futuras. Qual o
166 ganho do Conselho e as contrapartidas nesta parceria. A Conselheira Elza Lobosque sugeriu
167 que esta parceria fosse oferecida ao CFP. O Conselheiro Celso Tondin indagou qual a tarefa
168 para o CRP. O Conselheiro Henrique Galhano propôs que tenha um PL para inserção de
169 psicólogas(os) para atuarem nas políticas públicas voltadas para a migração. Concordou com a
170 proposta de envolver o CFP. Alguns campos já estão se abrindo para a psicologia atuar nesta
171 vertente. Elucidou que existem pessoas para fazer a tradução de forma gratuita dentro da
172 Comissão de Orientação em Psicologia e Migração. A Conselheira Júnia Lara ressaltou a
173 importância da figura do Conselheiro Henrique Galhano na temática da migração no CRP e do
174 mesmo estar nestes espaços para ganhar um acúmulo de conhecimento sobre a pauta. A
175 Conselheira Suellen Fraga concordou com a fala da Conselheira Júnia Lara e trouxe a
176 necessidade da incidência das ações da Rede no fazer da categoria e da sociedade. Entende
177 que a parceria é positiva até mesmo pela intermediação do Conselheiro Henrique Galhano, para
178 expansão também ao CFP. O Conselheiro Henrique Galhano informou que a formalização seria
179 por meio de Termo de Cooperação Técnica e que a partir da aprovação que este instrumento de
180 formalização seja construído junto com o jurídico do CRP-MG. A Conselheira Paula de Paula
181 sugeriu trazer a discussão mais aprofundada sobre a parceria e trazer elementos na próxima
182 Plenária. A Conselheira Júnia Lara propôs uma reunião do CRP-MG com o CFP para tratar
183 desta parceria. O Conselheiro Henrique Galhano elucidou que a ideia inicial seria um
184 intercâmbio de materiais e de trazer a primeira discussão e fazer um documento para apresentar
185 na próxima Plenária. **Deliberação:** O XVII Plenário aprovou por 25 votos favoráveis a
186 continuidade da discussão da parceria e trazer na próxima Plenária documento para subsidio à
187 pauta. Apoio/participação/representação na comissão organizadora da Conferência Nacional
188 livre de Saúde para população migrante e refugiada: O Conselheiro Henrique Galhano informou
189 que a Comissão de Orientação em Psicologia e Migração foi convidada para a Conferência
190 Nacional Livre de Saúde para população migrante e refugiada que será realizada pela FENAME
191 (Frente Nacional pela Saúde do Migrante). Consultou ao Plenário se o CRP-MG apoia a
192 Conferência e se tem interesse em colocar a logo do CRP como apoiador. A Conferência é
193 online, mas é necessário a representação de 8 Estados e o CRP está sendo convidado
194 enquanto Minas Gerais. A Conselheira Lourdes Machado propôs que o Conselheiro Henrique
195 Galhano crie uma Conferência Estadual Livre de Saúde e a proposta pode compor a Política
196 Estadual de Saúde. É necessário a participação de 100 pessoas, a duração de 8h de
197 Conferência e uma Conselheira Federal para defender no Estado. Sugeriu trazer a pauta em
198 nível estadual para fortalecer a discussão. O Conselheiro Henrique Galhano não se sentiu
199 seguro para assumir a proposta sugerida pela Conselheira Lourdes. O Conselheiro Celso
200 Tondin indagou se envolveria algum custo ao CRP e porque a discussão não é enquanto CFP.
201 O Conselheiro Henrique Galhano colocou como encaminhamento a participação do o apoio do
202 CRP e a disponibilização da logomarca enquanto apoiador. **Deliberação:** O XVII Plenário
203 aprovou por 25 votos favoráveis a participação do Conselheiro Henrique Galhano na
204 Conferência Nacional Livre de Saúde para população migrante e refugiada e o apoio do CRP-
205 MG à referida Conferência. **Informes:** 1) Rede Primeira Infância - Partilha sobre a reunião
206 realizada em 08/02/2023: A Conselheira Alessandra Belmonte informou que para movimentar
207 tanto os municípios quanto os estados para o Projeto, a Rede Primeira Infância solicitou
208 consultar como o CRP-MG poderia se organizar para apoiar a ampliação da visibilidade das
209 ações da Rede. Foi sugerido o empréstimo do espaço do CRP quanto tiver o 6º andar e a
210 participação em pesquisas voltadas ao tema. 2) Participação no evento do CFP em
211 comemoração aos 5 anos da Resolução 01/18 - visibilidade trans: Conselheira Gab Lamounier
212 informou que ocorreu no dia 30/03 o evento promovido pelo CFP em comemoração aos 5 anos
213 da Resolução 01/18 sobre visibilidade trans, Todas as Comissões dos CRP's foram convidadas.
214 Relatou que o evento foi muito emocionante, sentiu muito afeto. Ocorreu uma Plenária só com a
215 presença de pessoas trans, ressaltou a importância desta participação. Como encaminhamento
216 foi proposto que seja uma reunião continuada. Tiveram outros pontos como uma política de
217 afeto e como garantir a permanência das pessoas trans no Sistema. O terceiro ponto foi a
218 realização de uma roda de conversa com as entidades em defesa dos direitos das pessoas
219 trans. Ocorreu também o lançamento do Prêmio João W. Neri. 3) Colegiado Estadual da
220 Comissão de Orientação em Psicologia Escolar e Educacional: O Conselheiro Celso Tondin

221 informou que levará para reunião do Colegiado Estadual da Comissão para discussão da
222 incidência política no âmbito do CRP e como se dará isso nas pautas envolvendo a psicologia
223 escolar. 4) Reunião com União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) Seccional
224 Minas Gerais: O Conselheiro Celso Tondin informou que ocorreu a reunião com a Undime e
225 avaliou como muito positiva para que a gestão possa entender o que a psicologia faz. Será
226 enviado um formulário para cada Secretário Municipal de Educação para saber onde tem
227 psicóloga(o) na escola. Informou que irá participar do Café com Prosa e no Fórum da Undime
228 em Junho/2023.5) Fórum Estadual Permanente de Educação de Minas Gerais/FEPEMG: O
229 Conselheiro Celso Tondin informou sobre a participação do CRP no FEPEMG. Ocorreu a
230 primeira reunião e foi discutido o ensino médio e o piso salarial do magistério. A função do
231 Fórum é para cumprir o papel de fiscalização do Plano Estadual de Educação. Está conhecendo
232 o espaço e justificou porque o CRP-MG solicitou acento na FEPEMG. 6) Ações de orientação:
233 Lagoa Santa, Juiz de Fora, Ubá: O Conselheiro Celso Tondin informou que a atividade em
234 Lagoa Santa foi online, em Juiz de Fora aconteceu teve uma Reunião com a Vereadora Cida e
235 reabriu a conversa para a contratação de psicólogas. A atividade foi presencial com articulação
236 da Conselheira Elza Lobosque. Informou que tem um concurso vigente para contratação de 40
237 psicologias e 31 assistentes sociais. Será avaliado se fará uma incidência política para aumentar
238 o número de psicólogas(os) para não tirar vagas do SUAS. Em Ubá-MG o município solicitou
239 orientação na atuação dos profissionais, uma vez que foram chamados 7 psicólogas(os) e 7
240 Assistentes Sociais por meio de concurso público. 7) Denúncia sobre Comunidade terapêutica e
241 desdobramentos pela Subsele Norte: O Conselheiro Ted Nobre informou que no dia 23/01
242 ocorreu um fato em uma Comunidade Terapêutica teve uma paciente em crise que foi agredido
243 pelos demais internos e veio a óbito. Tiveram três desdobramentos o primeiro, foi acionar a COF
244 para saber como está o trabalho de psicólogo na Comunidade Terapêutica, a segunda a
245 elaboração de uma carta de repúdio, a terceira encaminhar a carta para a Comissão de Direitos
246 Humanos e de Saúde Mental, álcool e outras Drogas para leitura e verificação de possível
247 adesão. 8) Assessoria Parlamentar e de Relações Institucionais: O Conselheiro Ted Nobre
248 informou que no dia 06/03 ocorrerá o “Sempre Vivas” um Ciclo de Debates que está a cargo da
249 Deputada Ana Paula Siqueira e abriu o convite para representação do CRP-MG no evento. 9)
250 Informe sobre a Comissão de Comunicação: O Conselheiro Márcio Damasceno solicitou a sua
251 saída da Comissão de Comunicação. CDH: O Conselheiros Daniel Melo informou que a CDH
252 está contando com o apoio técnico da Gerente Técnica Flávia Santana, do Assessor
253 Parlamentar e de Relações Institucionais Antônio Coquito, da Psicóloga de Referência
254 Técnica Silvana Pontes, Iuri para auxiliar nas atividades. A Minuta de Resolução de
255 instituição da CDH do CRP-MG está em andamento e será pautada na próxima Plenária. Na
256 última reunião da CDH teve a participação da Conselheira Gabrielly, de um movimento
257 estudantil e será feito um formulário para verificar se as pessoas que estão em Comissões
258 tem interesse em participar da Reunião da CDH. Conselheira Gab Lamounier informou que
259 tem interesse em participar das reuniões da CDH porém depende da agenda. A Conselheira
260 Isabella Faria informou que a CDH está propondo a discussão do 18 de maio – Dia Nacional
261 da Luta Antimanicomial. A Conselheira Lourdes Machado informou que o Fórum Mineiro de
262 Saúde Mental já fez uma reunião com a Diretoria foi solicitado o apoio ao 18 de maio.
263 Normalmente é oferecido o apoio no valor de R\$15.000,00 a R\$20.000,00. Terá ainda a live
264 do 18 de maio promovida pelo CRP-MG. A Conselheira Cristiane Nogueira informou que a
265 Saúde Mental atravessa a CDH. A Conselheira Gabrielly Rios informou que para o SUAS
266 tem uma atividade importante na mesma data 18 de maio - Dia Nacional de Enfrentamento
267 da Violência contra a criança e adolescente e ficam bastante envolvidas. A Conselheira
268 Marleide informou que a Associação Loucos irá enviar pedido de apoio para o 18 de maio,
269 chegará à Diretoria. A Conselheira Isabella indagou que a Saúde Mental que o Conselho
270 defende é Antimanicomial? Porque isso não é unanimidade e colocou a necessidade de
271 articulação para o 18 de maio com a Comissão de Orientação em Saúde Mental e a
272 Comissão do SUAS. O Conselheiro Hudson Carajá indagou se as(os) psicólogos que estão
273 se formando conhecem a Luta Antimanicomial, a redução de danos. Talvez seja necessário
274 elucidar isso às(aos) recém-formadas(os) e que irão estar tanto dentro de instituições da
275 Saúde Mental quanto instituições manicomiais. A Conselheira Liliane Martins propôs uma

276 reunião da CDH com a Comissão de Orientação em Psicologia Saúde Mental, Álcool e
277 outras Drogas. A Conselheira Paula de Paula ponderou que não se está se exigindo que o
278 estudante seja reflexivo e muito menos se ensinando sobre as políticas públicas e as
279 instituições de ensino superior estão cada vez mais voltada para o empreendedorismo
280 social. A Conselheira Marleide Marques concordou com a fala da Conselheira Paula de
281 Paula quanto ao ensino estar cada vez mais voltado para o mercado e informou que será
282 realizado um evento na Unileste sobre a medicalização na infância. O Conselheiro Celso
283 Tondin solicitou incluir a Comissão de Orientação em Psicologia Escolar na atividade
284 proposta na Unileste. A Conselheira Isabella Faria propôs discutir em outra Plenária sobre a
285 formação da psicologia, buscar ações nas faculdades sobre a Saúde Mental Antimanicomial
286 e do enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil e a aproximação com a Comissão de
287 Orientação em Saúde Mental, Álcool e outras Drogas e de Psicologia e Política de
288 Assistência Social. **Deliberação:** O XVII Plenário aprovou por unanimidade a realização de
289 reunião com as Comissões de Orientação em Saúde Mental, Alcool e outras Drogas e de
290 Psicologia e Política de Assistência Social para tratar da Saúde Mental Antimanicomial e o
291 do enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil. Definição das Coordenações de
292 Comissões da Subsede Centro-Oeste que estão pendentes: A Conselheira Suellen Fraga
293 apresentou as seguintes Comissões e coordenações da Subsede Centro-Oeste para
294 aprovação do Plenário: 1) Comissão de Orientação em Psicologia, Gênero e Diversidade
295 Sexual – Coordenador Gabriel Henrique Duarte e Conselheira Referência Lorena Rodrigues
296 de Sousa; 2) Comissão de Orientação em Psicologia Escolar e Educacional – Coordenadora
297 Milene Carla de Azevedo e Conselheira Referência Lorena Rodrigues de Sousa; 3)
298 Comissão de Orientação em Psicologia Organizacional e do Trabalho – Coordenadora
299 Juliana Almeida; 3) Comissão de Orientação em Mulheres e Questões de Gênero -
300 Coordenadora Priscila Messiane; 4) Coordenação de Orientação em Psicologia, Saúde
301 Mental, Álcool e outras Drogas - Coordenadora Karla Patrícia; 5) Comissão de Orientação
302 em Psicologia, Laicidade, Espiritualidade, Religião e Outros Saberes Tradicionais -
303 Coordenador Reinaldo da Silva Junior; 6) Comissão de Orientação em Psicologia Clínica -
304 Coordenadora Lauren Manuela de Paula da Silva; 7) Comissão de Orientação em
305 Psicologia e Relações Étnico Raciais - Coordenador Rodrigo Nonato; 8) Comissão de
306 Orientação em Psicologia, Sistema Prisional e Socioeducativo - Sem coordenação até o
307 momento. A Conselheira Isabella Faria indicou o nome do psicólogo Thiago Antônio de
308 Pádua que reside em Divinópolis e atua no Sistema Prisional e colocou-se à disposição para
309 entrar em contato com ele e retornar na próxima Plenária, caso o mesmo tenha
310 disponibilidade; 8) Comissão de Orientação em Psicologia e Política de Assistência Social -
311 Sem coordenação até o momento. A Conselheira Liliane Martins informou que a
312 organização do XXIII Congresso da ABRAPSO abriu inscrição para mini-cursos e como a
313 atividade é em Divinópolis-MG solicitou que as Comissões da Subsede Centro-Oeste
314 enviem propostas para o evento. **Deliberação:** O XVII Plenário aprovou por unanimidade as
315 comissões e os nomes das coordenações, conforme apresentado. Alteração de
316 Coordenação da Comissão de Orientação em Psicologia, Saúde Mental, Álcool e outras
317 Drogas: A Conselheira Lourdes Machado solicitou a alteração da Coordenação da
318 Comissão de Orientação em Psicologia, Saúde Mental, Álcool e outras Drogas. Indicou o
319 nome do psicólogo Pedro de Paula para assumir a coordenação e a Conselheira Lourdes
320 Machado na Referência. A Conselheira Lourdes Machado informou que a Comissão se
321 reúne nas quintas-feiras véspera da Plenária. **Deliberação:** O XVII Plenário aprovou a
322 coordenação da Comissão de Orientação em Psicologia, Saúde Mental, Álcool e outras pelo
323 Colaborador Pedro de Paula do Nascimento Teixeira e a Conselheira Lourdes Machado na
324 Referência da Comissão. Resposta ao edital de pregão para contratação de empresa para
325 realizar Constelação Familiar com os usuários dos CRAS da prefeitura de Ouro Preto: A
326 Conselheira Marleide Marques informou que foi feito o processo de contratação de empresa
327 para realizar Constelação Familiar com os usuários dos CRAS da prefeitura de Ouro Preto.
328 A denúncia chegou ao CRP-MG e foi elaborado e enviado um Ofício à Prefeitura colocando
329 a posição do Conselho contra a Constelação Familiar e a contrário a oferta no SUAS.

330 Sugeriu como encaminhamento uma Nota Técnica, parceria com o CRESS-MG e o CEAS e
331 dar visibilidade a Nota do CFP. A Conselheira Paula de Paula sugeriu recuperar a tipificação
332 na legislação com o que está regulamentado. O Conselheiro Luis Henrique propôs entregar
333 presencialmente o Ofício, porque muitas vezes este não chega ao gestor. Sugeriu ainda,
334 convidar/convocar as(os) psicólogas(os) da região para uma orientação e chamar o
335 Sindicato para discutir este Edital e inclusive pedir a sua anulação. A Conselheira Cristiane
336 Nogueira informou que na Comissão de Psicologia e Relações com a Justiça a Constelação
337 Familiar já é discutida. Propôs pensar em um GT para tratar da Constelação Familiar.
338 Entende que a Nota Técnica já existe, é necessário capilarizar a discussão e pautar na
339 Comissão do SUAS no Estado, mobilizar a categoria e levar a informação. O Conselheiro
340 Danty Marchezane propôs uma denúncia ao Ministério Público devido à gravidade da
341 contratação. A Conselheira Lourdes Machado informou que existem especializações online
342 em Constelação Familiar e percebeu que está sendo muito difundido na área jurídica
343 principalmente na mediação de conflitos. Sugeriu verificar a formação se está tendo
344 psicólogo ministrando disciplina no curso. Quanto mais desregulamentada a prática, mais o
345 capitalismo absorve. Reforçou que antigamente era o coaching agora vem a Constelação
346 Familiar. Por fim, ressaltou que as práticas pseudo-científicas estão enraizadas em
347 questões religiosas. O Conselheiro Luis Henrique colocou a COF à disposição e sugeriu o
348 envio de uma notificação à Prefeitura. A criação de um GT para discutir com a COF, com o
349 objetivo de disseminar e mobilizar a categoria. Informou que o Ofício foi elaborado na
350 tipificação. Sugeriu convidar as(os) psicólogas(os) para participar da Reunião da Comissão
351 de Orientação em Psicologia e Política de Assistência Social. **Deliberação:** O XVII Plenário
352 aprovou por unanimidade o envio de resposta a demanda das(os) psicólogas(os) de Ouro
353 Preto e a articulação com o Psind-MG para atuação junto aos trabalhadores. Indicação de
354 nomes para representação do CRP na Rede de Enfrentamento a Violência contra a mulher
355 do município de Montes Claros-MG: O Conselheiro Ted Nobre informou que há 2 anos a
356 psicóloga Jasmily Araújo coordena a Rede de Enfrentamento a Violência contra a mulher. O
357 município pretende manter uma Comissão como uma forma de evolução da Rede. O CRP-
358 MG foi indicado a enviar 2 nomes para compor a Comissão. Sugeriu o nome da J'asmily
359 Araújo e da psicóloga Débora Luiza de Freitas Vieira. A Conselheira Liliane Martins propôs a
360 partir desta sugestão a criação da Comissão de Orientação em Mulheres e Questões de
361 Gênero na Subsede. O Conselheiro Ted Nobre acolheu a sugestão e se colocou a
362 disposição para articular. **Deliberação:** O XVII Plenário aprovou por unanimidade a
363 indicação dos nomes das representantes do CRP J'asmily Araújo e Débora Luiza de Freitas
364 Vieira na Rede de Enfrentamento a Violência contra a mulher do Município de Montes
365 Claros. 6) Criação de GT para Inclusão e orientação de PNE nas áreas de atuação da
366 Psicologia: O Conselheiro Ted Nobre informou que o tema da inclusão da Pessoa com
367 Necessidades Especiais é nova na psicologia, mas ao mesmo tempo antiga e propôs a
368 discussão do mesmo por meio da criação de um GT para inclusão e orientação do PNE nas
369 áreas de atuação da Psicologia. A Conselheira Paula de Paula elucidou que o termo Pessoa
370 com Necessidade Especial foi alterado para Pessoa com Deficiência. Existe um Estatuto da
371 Pessoa com Deficiência. As deficiências estão todas definidas. Existe um código
372 internacional até mesmo para comprovação para benefícios. A nomenclatura Pessoa com
373 Deficiência está sendo usada nas Universidades e pela sociedade. A Conselheira Caroline
374 de Souza reforçou que no SUAS também é utilizado o termo Pessoa com Deficiência. O
375 Conselheiro Henrique Galhano ressaltou que a construção de um GT tem sempre como
376 finalidade um produto. O Conselheiro Celso Tondin ressaltou que existe uma nova definição
377 da diferença funcional e não da deficiência para pensar a inclusão no mundo do trabalho. É
378 discutido a psicologia das necessidades especiais com a discussão dos recursos de
379 acessibilidade para atender as necessidades especiais. O Conselheiro Ted Nobre reforçou
380 que a discussão do GT também é de abertura para ouvir à categoria, da terminologia
381 adequada e a partir do GT poderia até se configurar em uma Comissão. A Conselheira
382 Elizabeth Lacerda informou que a Comissão de Psicologia Organizacional e do Trabalho
383 discute a questão da inclusão da Pessoa com Deficiência no mercado de trabalho e

384 colocou-se à disposição para contribuição. A Conselheira Paula de Paula manifestou que
385 não consegue votar a criação do GT com o nome de Pessoa com Necessidade Especial. O
386 Conselheiro Ted Nobre sugeriu a criação do GT e depois verificar a possibilidade de
387 alteração para **Deliberação:** O XVII Plenário aprovou por unanimidade a criação do GT e a
388 definição do nome na próxima Plenária. Criação de GT Garantias de direitos de crianças e
389 adolescentes Trans: A Conselheira Renata Miranda apresentou a psicóloga Valéria Correia
390 da Silva para auxiliar na discussão do ponto da criação de GT Garantia de direitos de
391 crianças e adolescentes Trans. Contextualizou informando que a demanda foi trazida pela
392 psicóloga Valéria com o objetivo de buscar a garantia dos Direitos Humanos das crianças e
393 adolescentes trans e a criação de uma cartilha de orientação às psicólogas. A psicóloga
394 Valéria Correia informou que gostaria de tratar da sexualidade e foi buscar entender a
395 sexualidade na criança e adolescência. Fez uma pós-graduação na USP para tratar da
396 psicologia e direitos de crianças e adolescentes trans. Informou que trabalha como
397 voluntária na Ong Minha criança Trans. A psicóloga reforçou as dificuldades na retificação
398 do nome do adolescente trans e na utilização do banheiro, principalmente em lugares
399 públicos. Reforçou que psicólogas(os) que atendem, não sabem fazer o relatório de
400 retificação de gênero. No atendimento de saúde muitas vezes é feito o chamamento pelo
401 nome da carteira de identidade ao invés de chamar pelo nome social. Tem repercussão
402 também na psicologia do esporte na prática esportiva por pessoas que estão em transição
403 de gênero. A Conselheira Lourdes Machado ressaltou que o Ambulatório de Saúde Integral
404 da Criança e Adolescente do Hospital Infantil João Paulo II (HIJPII), da Rede Fhemig é o
405 único de Minas Gerais e mesmo assim a Fhemig não executa o trabalho de forma
406 adequada. A Conselheira Paula de Paula reforçou que a discussão está atual e olhando no
407 contexto da política em Belo Horizonte não saberia dizer se teria uma(um) Vereadora(or)
408 que pudesse levantar a discussão. Concordou com a proposta de criação de GT. O
409 Conselheiro Celso Tondin colocou a Comissão de Psicologia Escolar e Educacional à
410 disposição e concordou que a educação física é um lugar bastante sexualizador.
411 Conselheire Gab Lamounier apoiou a criação do GT e se colocou à disposição enquanto
412 militante e com bagagem política sobre a temática. A Conselheira Liliane Martins reforçou a
413 questão da transversalidade entre Comissões e a presença da representação do Plenário
414 na pessoa de Gab Lamounier no GT. A Conselheira Isabella Faria sugeriu o Núcleo de
415 Educação Sexual da UFMG para compor o GT. A Conselheira Renata Miranda agradeceu a
416 acolhida e reforçou que é uma defensora da defesa dos direitos da Criança e do
417 Adolescente e sugeriu o nome de Conselheire Gab Lamounier na referência do GT.
418 **Deliberação:** O XVII Plenário aprovou por unanimidade a criação do GT Garantias de
419 direitos de crianças e adolescentes Trans, composto pela psicóloga Valéria Correia da Silva
420 e Conselheire Gab Lamounier. Solicitação de saída do Conselheiro Délcio Fernando das
421 Comissão da Reforma da Sede, de Tomada de Contas e Comissão Especial para
422 Classificação e Avaliação de Bens: O Conselheiro Délcio Fernando solicitou a sua saída da
423 Comissão da Reforma da Sede, Comissão de Tomada de Contas e Especial para
424 Classificação e Avaliação de Bens e solicitou a recomposição destas comissões. O Plenário
425 solicitou colocar como ponto de pauta da Reunião Plenária Ordinária de Março/2023
426 Seminário Sempre Vivas: O Conselheiro Ted Nobre solicitou a indicação de representante
427 do CRP no Seminário Sempre Vivas. A Conselheira Liliane Martins solicitou encaminhar
428 para a Comissão Mulheres e Questões de Gênero para indicação de representante.
429 Recomposição da Comissão de Comunicação: A Conselheira Cristiane Nogueira a partir da
430 formalização da saída do Conselheiro Márcio Damasceno colocou o seu nome à disposição
431 para compor a Comissão de Comunicação. A Conselheira Alessandra Belmonte também
432 colocou o seu nome à disposição. **Deliberação:** O XVII aprovou a recomposição da
433 Comissão de Comunicação e a indicação dos nomes das Conselheiras Cristiane Nogueira e
434 Alessandra Belmonte. Coordenação da Comissão de Psicologia e Política de Assistência
435 Social: A Conselheira Marleide Marques indicou o nome da psicóloga Adrienne Lopes
436 Santos para a coordenação da Comissão de Psicologia e Política de Assistência Social da
437 Subsede Leste. **Deliberação:** O XVII Plenário aprovou por unanimidade a coordenação da

438 Comissão de Orientação em Psicologia e Política de Assistência Social da Subsede Leste
439 pela psicóloga Adrienne Lopes Santos. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião,
440 e eu, Lourdes Aparecida Machado, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será
441 assinada por mim e pelos demais presentes. Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2023.